



II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA: O CASO DA CORRIDA DE RUA

Ana Luiza Barbosa Anversa (UEM/UNIFAMMA); Edson Pereira Tomas (UNIFAMMA); Patric Paludett Flores (UEM); Bruna Solera (UEM); Vânia de Fátima Matias de Souza (UEM); Luciane Arantes da Costa (UEM); Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira (UEM)
Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil
Faculdade Metropolitana de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil
ana.beah@gmail.com

Introdução: Nos últimos anos têm se intensificado ações governamentais no incentivo a prática de atividade física, em locais públicos. Dentre as práticas destaca-se a prática da corrida de rua, exercício físico que vem ganhando novos adeptos a cada dia, devido aos baixos custos, necessidade de poucos recursos materiais e possibilidade de ser praticada em qualquer ambiente. **Objetivos:** Frente a esse quadro, o presente trabalho tem por objetivo indicar como as políticas públicas têm procurado incentivar a prática da corrida de rua. **Metodologia:** Para tanto, adotou-se a pesquisa bibliográfica, realizada a partir de artigos publicados online sobre a temática “corrida de rua e políticas públicas” no ano de 2017. **Resultados:** Os estudos analisados (DIAS, 2017; ROCHA, 2017; ROJO, 2017; ROJO et al., 2017) apontam que a prática de corrida de rua teve um aumento de mais de 200% nos últimos 10 anos, com significativo aumento no número de praticantes e número de provas realizadas por ano (cerca de 250). Esse aumento se reflete na economia da cidade, uma vez que ao trazer atletas e amadores de outras regiões para a cidade sede da prova, incentiva o turismo, a hotelaria e o comércio, e também se coloca como uma das vias de melhora do quadro de saúde coletiva, já que ao se constituir como um fenômeno sociocultural contemporâneo acaba por incentivar a prática de atividade física, combatendo os quadros de sedentarismo uma das principais causas do desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis. Entretanto, nota-se que as políticas públicas deveriam dar mais atenção ao crescimento exponencial das manifestações de atividades físicas relacionadas às corridas de ruas viabilizando reuniões conjuntas com os gestores dos grupos de corrida de modo a verificar as demandas e necessidades dos praticantes, incrementar ações que viabilizem a prática da corrida de rua como direito do cidadão, subsidiando aporte financeiro para o desenvolvimento da modalidade, de programas e ações que viabilizem a formação continuada de profissionais de forma a mantê-los qualificados para o atendimento dessa nova demanda, entre outros. **Conclusões:** Deste modo, ao analisar os dados apresentados nos referenciais teóricos utilizados, verifica-se que a corrida de rua assume importância no cenário social como estratégia de combate ao sedentarismo e incentivo à prática de atividade física, ao turismo e a economia local, mas carece de mais atenção dos legisladores para que incentivem e valorizem essa prática, sendo de suma importância um processo de administração e prestação de serviço de assessoria e orientação das práticas.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Corrida de Rua; Qualidade de Vida.

